

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.610.532 - SP (2016/0170400-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA**
ADVOGADO : **RENATO MULLER DA SILVA OPICE BLUM E OUTRO(S) - SP138578**
RECORRIDO : **TELEFONICA BRASIL S/A**
RECORRIDO : **OI S.A**
RECORRIDO : **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
ADVOGADOS : **ANA TEREZA BASÍLIO - SP253532**
 : **BRUNO DI MARINO - SP291596A**
RECORRIDO : **VIVO S/A**
ADVOGADO : **ARYSTOBULO DE OLIVEIRA FREITAS E OUTRO(S) - SP082329**

DESPACHO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA, com base nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Ação cominatória ajuizada para compelir fornecedores de acesso à internet à obrigação de identificar IP de usuários apontados como responsáveis por fraude consistentes em retransmissão de sinal de televisão, sem o correspondente pagamento. Resistência fundada na inexistência de dados armazenados no período. Inexistência, à época, de dever legal ou contratual de preservar os dados. Aplicação do princípio da legalidade. Recursos provido para julgar improcedentes as ações" (fl. 688e).

De acordo com o **caput** do art. 9º do Regimento Interno do STJ, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da relação jurídica litigiosa.

A Corte Especial do STJ, ao julgar o CC 92.367/RS (Rel. p/ acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 12/03/2009), bem como o CC 92.120/SP (Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 17/09/2009), proclamou que, nos termos do art. 9º do RISTJ, para a definição da competência no âmbito do STJ, basta que se proceda a uma análise precisa da relação jurídica litigiosa posta a desate.

Na hipótese, a controvérsia dos autos diz respeito ao dever de armazenamento de dados da internet, cuja competência caberá a uma das Turmas que compõem a Segunda Seção, conforme se extrai dos precedentes a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. INTERNET. PROVEDOR DE

APLICAÇÃO. USUÁRIOS. IDENTIFICAÇÃO. ENDEREÇO IP. PORTA LÓGICA DE ORIGEM. DEVER. GUARDA DOS DADOS. OBRIGAÇÃO. MARCO CIVIL DA INTERNET. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA.

1. Ação ajuizada em 15/06/2015. Recurso especial interposto em 17/05/2018 e atribuído a este gabinete em 09/11/2018.
2. Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de tutela antecipada, na qual relata a recorrida que foi surpreendida com a informação de que suas consultoras estariam recebendo e-mails com comunicado falso acerca de descontos para pagamento de faturas devidas à empresa.
3. O propósito recursal consiste em definir a obrigatoriedade de guarda e apresentação, por parte da provedora de aplicação de internet, dos dados relacionados à porta lógica de origem associadas aos endereços IPs.
4. Os endereços IPs são essenciais arquitetura da internet, que permite a bilhões de pessoas e dispositivos se conectarem à rede, permitindo que trocas de volumes gigantescos de dados sejam operadas com sucesso.
5. A versão 4 dos endereços IPs (IPv4) esgotou sua capacidade e, atualmente, há a transição para a versão seguinte (IPv6). Nessa transição, adotou-se o compartilhamento de IP, via porta lógica de origem, como solução temporária.
6. Apenas com as informações dos provedores de conexão e de aplicação quanto à porta lógica de origem é possível resolver a questão da identidade de usuários na internet, que estejam utilizam um compartilhamento da versão 4 do IP.
7. O Marco Civil da Internet dispõe sobre a guarda e fornecimento de dados de conexão e de acesso à aplicação em observância aos direitos de intimidade e privacidade.
8. Pelo cotejamento dos diversos dispositivos do Marco Civil da Internet mencionados acima, em especial o art. 10, caput e § 1º, percebe-se que é inegável a existência do dever de guarda e fornecimento das informações relacionadas à porta lógica de origem.
9. Apenas com a porta lógica de origem é possível fazer restabelecer a univocidade dos números IP na internet e, assim, é dado essencial para o correto funcionamento da rede e de seus agentes operando sobre ela. Portanto, sua guarda é fundamental para a preservação de possíveis interesses legítimos a serem protegidos em lides judiciais ou em investigações criminais.
10. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1.777.769/SP, Rel.

Superior Tribunal de Justiça

Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 08/11/2019).

"RECURSO ESPECIAL. INTERNET. OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROVEDOR DE ACESSO. USUÁRIOS. IDENTIFICAÇÃO. DEVER. GUARDA DOS DADOS. OBRIGAÇÃO. PRAZO. DEVER DE ARMAZENAMENTO. POSSIBILIDADE FÁTICA E JURÍDICA DO PEDIDO.

MULTA DIÁRIA. CABIMENTO.

1. Ação ajuizada em 25/11/2009. Recurso especial interposto em 17/02/2014 e atribuído a este Gabinete em 25/08/2016.
2. O propósito recursal consiste na verificação da obrigatoriedade da apresentação de informações relativas ao número IP o qual acessou sem autorização a conta de e-mail da recorrida, apesar das alegações de impossibilidade técnica da recorrente.
3. Ausentes a omissão, a contradição e o erro material, não há violação ao art. 535 do CPC/73.
4. A jurisprudência do STJ está orientada no sentido de estabelecer um dever jurídico dos provedores de acesso de armazenar dados cadastrais de seus usuários durante o prazo de prescrição de eventual ação de reparação civil. Julgados desta Corte Superior.
5. Descabimento da alegação de impossibilidade fática ou jurídica do fornecimento de dados cadastrais a partir da identificação do IP, conforme precedentes do STJ.
6. Não subsiste a alegação de que o uso de IP dinâmico - consistente naquele não atribuído privativamente a um único dispositivo - impediria a identificação do seu usuário em determinado momento.
7. É possível a imposição de multa diária para o caso de descumprimento da ordem, mesmo que seja para a apresentação de dados cadastrais.
8. Recurso especial não provido" (STJ, REsp 1.785.092/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 09/05/2019).

Ante o exposto, proceda-se à redistribuição do feito a um dos Ministros integrantes da Segunda Seção.

I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora

